



190



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL 0189501-4 – 2ª Vara Criminal de Recife/PE

APELANTE: José Luiz Pereira da Silva Filho

APELADO: O Ministério Público Estadual

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

Órgão julgador: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

5711

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO PELO CONCURSO DE AGENTES E EMPREGO DE ARMA DE FOGO. CONDENAÇÃO. RECURSO DEFENSIVO. PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO COM BASE NA NEGATIVA DE AUTORIA E INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. INOCORRÊNCIA. PROVA TESTEMUNHAL CONTUNDENTE. DEPOIMENTOS DE POLICIAIS COERENTES E HARMÔNICOS COM OS DEMAIS ELEMENTOS DE PERSUASÃO CONSTANTES DOS AUTOS. VALOR PROBATÓRIO INEQUÍVOCO. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL. LIVRE APRECIACÃO DAS PROVAS. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação crime nº 0189501-4, em que figura como apelante José Luiz Pereira da Silva Filho e, como apelado, o Ministério Público Estadual, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão de ____ de ____ de 20____, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 19 de maio de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



191



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL 0189501-4 – 2ª Vara Criminal de Recife/PE
APELANTE: José Luiz Pereira da Silva Filho
APELADO: O Ministério Público Estadual
RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima
REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho
Órgão julgador: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

JOSÉ LUIZ PEREIRA DA SILVA FILHO, qualificado nos autos, foi condenado à pena de 07(sete) anos, 08(oito) meses e 12(doze) dias de reclusão, além de 21(vinte e um) dias-multa, em regime inicial semi-aberto, por incursão no tipo do art. 157, § 2º, I e II, do CPB, por sentença prolatada pelo Exmo. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Capital.

O réu, irresignado, interpôs o presente recurso de Apelação pretendendo a reforma do *decisum*(fl. 207). Requer a Defesa a absolvição sustentando a tese de negativa de autoria e insuficiência probatória(fl. 268/273).

Nas contra-razões do Ministério Público, este pugna pela manutenção do julgado(fl. 276/278).

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, manifestou-se pelo improvimento do recurso(fl. 281/284).

É o Relatório. À Douta Revisão.

Recife, 03 de dezembro de 2009.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



192



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL 0189501-4 – 2ª Vara Criminal da Recife/PE

APELANTE: José Luiz Pereira da Silva Filho

APELADO: O Ministério Público Estadual

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

Órgão julgador: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO RELATOR

Conforme já mencionado, trata-se de apelo Defensivo, no qual é pretendida a absolvição com base em duas teses, quais sejam, negativa de autoria e inexistência de provas.

Vejamos, pois, os fatos articulados na inicial.

O representante do Ministério Público Estadual promoveu ação penal contra Alexsandro José da Silva e JOSÉ LUIZ PEREIRA DA SILVA FILHO, qualificados nos autos, denunciando-os pela prática do crime de roubo qualificado, tipificado no art. 157, § 2º, incisos I e II, do CPB.

Narra a denúncia que no dia 14 de junho de 2007, por volta das 13h30, os réus subtraíram para si, mediante grave ameaça, com emprego de arma de fogo, 01(um) DVD, 02(dois) relógios de pulso, 01(um) aparelho celular e a quantia de R\$ 186,00(cento e oitenta e seis reais) da vítima, dona do estabelecimento ARMARINHO ROSELÂNDIA CENTER.

De acordo com o apurado, os acusados adentraram no estabelecimento comercial, anunciando o assalto sob a ameaça de arma de fogo, roubaram os objetos já mencionados e saíram em fuga. Ato contínuo, uma guarnição policial foi comunicada sobre o roubo, dirigiu-se ao local do delito e, após diligências, foram os assaltantes encontrados em um barco de pesca na maré, momento em que houve disparos de armas de fogo por parte dos assaltantes e dos policiais, culminando em seguida, após cerco policial, com a prisão dos mesmos.

Consta que os réus se utilizaram de um menor JOÃO BATISTA JOSÉ DOS SANTOS para servir de "bandeira". Após inquirição,



193



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

houve a confissão do delito e a indicação de que os objetos roubados estariam na posse deste menor, o qual não foi encontrado, contudo, os objetos foram parcialmente recuperados na residência deste.

Após o regular processamento do feito, ambos os réus foram condenados, no entanto, somente JOSÉ LUIZ PEREIRA DA SILVA FILHO recorreu da decisão. Para tanto, assegura que não estava presente no evento delituoso e apenas fez um favor a um conhecido, no caso, o co-réu ALEXSANDRO, transportando-o em seu barco de pesca, sem ter a mínima idéia de que este acabara de praticar um crime de roubo, o que só descobriu quando a Polícia Militar, no intento de evitar a fuga, efetuou disparos na direção do barco. Sob tais argumentos pretende ver a sentença proferida modificada.

Pois bem.

Em relação à autoria do fato delituoso, o acusado ALEXSANDRO confessa em juízo o cometimento do crime, narrando com detalhes o *modus operandi* da conduta delituosa. Já o ora Recorrente JOSÉ LUIZ nega a prática delitiva tanto na fase policial, como perante o Juízo. Vejamos resumidamente o seu interrogatório perante a autoridade judiciária(fl.s.134/135):

"...que já foi preso e processado por porte ilegal de arma, tráfico de entorpecentes e homicídio; que estava foragido da PAI, neste ano de 2007; que nega os fatos narrados na denúncia; que ALEX pediu para o interrogando atravessar ele em um barco, e quando o interrogando estava fazendo uma travessia, a polícia chegou mandando que voltassem; que o interrogando disse que iria voltar, mas o ALEX ficou em pé no barco e atirou contra a polícia; que após ALEX ter atirado contra a polícia, a polícia atirou contra os dois; que o interrogando levou um tiro no rosto de raspão; que ALEX não está com medo de sua pessoa, que ele foi quem fez o assalto; que o que participou do assalto com ALEX fugiu, que não sabe quem é; que não sabia que o ALEX tinha feito esse assalto..."



194



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Embora negue a acusação, o réu não forneceu uma justificativa plausível, capaz de eximi-lo da responsabilidade penal, afigurando-se a negativa de autoria vazia, desprovida de qualquer sustentáculo.

Inquirida a proprietária do estabelecimento comercial onde os fatos ocorreram, esta, em Juízo, declarou(fl. 153/154):

“...que um ficou na frente e o outro chegou no balcão e anunciou o assalto; que pedia dinheiro e celular;...que prendeu todas num quarto; que exigiu um lençol para poder envolver o DVD;...que roubou dinheiro, celular, relógio e conjuntos de gargantilha; que todas ficaram muito nervosas;...que uma filha sua reconheceu o Alexsandro como autor do assalto, sendo o descrito acima, o que anunciou e realizou o assalto na posse de arma de fogo...”

Ouvido o Soldado da PMPE MARCÍLIO INÁCIO DO NASCIMENTO, este, em Juízo, narrou(fl. 154/155):

“...que, com a prisão dos dois, eles informaram que os pertences da vítima estavam na casa de uma terceira pessoa; que com o segundo denunciado, que não era o Alexsandro, seguiram até a referida residência e encontraram os objetos roubados; que ele confessou que tinha participado do assalto junto com Alexsandro; que Alexsandro confessou o assalto e também apontou o José Luiz como participante; que quando eles viram a Polícia, efetuaram disparos contra a Polícia e tentaram pular para dentro do rio; que uma arma foi encontrada dentro do barco e a outra não foi localizada; que ambos atiraram, cada um com uma arma, contra a Polícia;...que tem certeza que o José Luiz atirou contra a Polícia e os levou até a casa onde estavam os objetos roubados...”

Corroborando o relato da testemunha mencionada, está o depoimento prestado pelo também policial militar WELLINGTON JOSÉ DE JÚNIOR(fl.155/156):



195



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

“...que os dois estavam armados e atiraram contra a polícia;...que tem certeza que ambos atiraram contra a polícia...”.

Da análise de toda a prova coligida, cuido que o presente apelo não merece prosperar.

Embora o Apelante negue a todo tempo envolvimento no evento delituoso, todos os elementos coligidos confrontam com a versão dos fatos por ele sustentada.

Ora ora Senhores, o Recorrente, ao tempo da prisão, ostentava a condição de foragido da Justiça, porquanto se evadiu da Penitenciária Agro-industrial São João, relatando, inclusive, já ter sido processado por *porte ilegal de arma de fogo e tráfico ilícito de entorpecentes*, além de um *homicídio*.

Aliado a tal situação, o réu quer-nos fazer crer que por pura obra do acaso, no dia e hora dos fatos articulados na denúncia, ele estava navegando em seu barquinho na maré, quando, por coincidência, o co-réu ALEXSANDRO lhe pediu uma carona, tendo o réu inocentemente aceitado prestar o favor, quando, de repente, foi surpreendido pela Polícia, já que desconhecia que ALEXSANDRO havia acabado de assaltar o estabelecimento comercial vitimado.

Ademais, as testemunhas policiais inquiridas relataram que, por ocasião da abordagem policial, **ambos os réus** proferiram disparos contra a guarnição, situação que, de logo, põe abaixo a negativa de autoria sustentada.

O *status* funcional da testemunha policial, por si só, não suprime o valor probatório de seu depoimento, que goza de presunção *juris tantum* de veracidade, especialmente quando prestado em juízo, ao abrigo da garantia do contraditório.

Por isso, os depoimentos de policiais só não terão valor se não encontrarem suporte nos demais elementos de convicção constantes dos autos, nem com eles se harmonizarem, *o que não é o caso deste processo*. Ainda,



196



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

constitui importante elemento de prova, a merecer confiança e não podendo ser desacreditado tão-somente pelo ofício exercido.

De outra banda, como bem disse o Exmo. Promotor de Justiça,
por ocasião das contra-razões recursais(fl. 277):

“...parte dos objetos roubados foi recuperada a partir da indicação do local em que estava escondida, indicação essa feita pelo apelante e o co-réu;

ambos os acusados foram encontrados em um barco, tentando fugir juntos, ocasião em que tiveram a intenção de evitar a prisão, atirando contra a polícia; e,

o recorrente se encaixa no perfil descrito pelas vítimas...”

Como é cediço, na legislação processual penal está consagrado o princípio da persuasão racional (CPP, art. 155), segundo o qual o magistrado formará seu entendimento por meio da livre apreciação das provas, sem que entre elas exista hierarquia ou qualquer tariffação de valor prévia.

Acerca do tema, extrai-se da obra de Edilson Mougenot Bonfim:

O sistema da persuasão racional é uma maneira de garantir flexibilidade aos julgamentos, evitando situações manifestamente injustas ensejadas pela adoção cega do sistema da prova legal, sem, por outro lado, recair no excessivo arbítrio concedido aos juízes pelo sistema do livre convencimento absoluto, permitindo um controle objetivo sobre a legalidade das decisões. (*Curso de processo penal*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 324)

Diante de todos os elementos acima destacados, analisando-se conjuntamente o feito, notadamente a prova oral produzida, andou bem o magistrado *a quo* em condenar o réu, contrariando a pretendida absolvição.

Sobre a matéria, a Procuradoria de Justiça opinou(fl. 283/284):



197



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

"...a defesa do apelante se limitou a defender a inocência deste, sob o argumento de ausência de provas claras e contundentes...

Ora, o conjunto probatório, nele incluídas as declarações prestadas pela vítima, demonstra claramente a participação do apelante na empreitada criminosa em comento.

...verifica-se que os autos demonstram, à saciedade, que o apelante teve participação efetiva na consecução criminosa, tendo sido bem analisada sua conduta no trafegar processual que culminou com a sentença de excelente lavra...".

Por todo o exposto, em conformidade com o posicionamento da Procuradoria de Justiça, NEGOU provimento ao recurso defensivo e mantenho inalterada a sentença condenatória prolatada.

É como voto.

Recife, 19 de maio de 20 19.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

198



APELAÇÃO CRIME: Nº 189501-4 – Recife

APELANTE: José Luiz Pereira da Silva Filho

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Antonio Melo e Lima

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr. Procurador,

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo réu José Luiz Pereira da Silva Filho contra sentença que o condenou à pena de 07 anos, 08 meses e 12 dias de reclusão, em regime semi-aberto e 21 dias-multa, pela prática do crime inserto no art. 157, §2º I e II do CP.

Insurge-se o recorrente pretendendo a sua absolvição por negativa de autoria e sob a alegação de inexistência de provas para a sua condenação.

Passo ao exame do recurso.

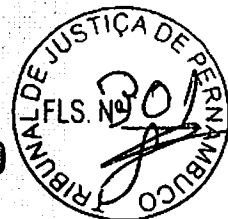
De acordo com a acusação, o ora apelante e o co-réu entraram em um estabelecimento comercial e munidos de arma de fogo subtraíram diversos bens. Comunicada, uma guarnição da polícia encontrou os acusados dentro de um barco de pesca na maré, momento em que houve disparos de arma de fogo tanto dos acusados quanto dos policiais, tendo ocorrido, por fim, a prisão dos réus.

Em seguida, parte dos objetos roubados foi localizada na residência de terceira pessoa indicada pelos acusados.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

199



Diferentemente do que pretende fazer crer o apelante, a autoria do crime está devidamente comprovada por meio dos depoimentos testemunhais, não sendo crível a tese levantada pelo apelante de que apenas deu uma carona para o co-réu sem saber que este acabara de realizar um assalto.

É que dos depoimentos dos policiais militares que efetuaram a prisão está claro que ambos os acusados, quando surpreendidos pela polícia no rio, efetuaram disparos contra os policiais, o que, por si só, já afasta a versão do apelante de que ignorava o roubo.

A respeito transcrevo o depoimento do policial militar Marcílio Inácio do Nascimento (fls. 154/155):

Que Alexsandro confessou o assalto e também apontou o José Luiz como participante; que quando eles viram a polícia efetuaram disparos contra a Polícia e tentaram pular dentro do rio(...); que ambos atiraram, cada um com uma arma, contra a polícia;(fls. 154)

Entendo, portanto, haver provas suficientes nos autos a autorizar a condenação, como bem procedeu o magistrado sentenciante.

No que se refere à dosimetria da pena, ainda que não impugnada pelo apelante, verifico que, ainda que sucintamente, o magistrado bem apreciou as circunstâncias judiciais, havendo fixado a pena em patamar adequado e suficiente para a repreensão do crime.

Assim, voto pelo improvimento do recurso.

Recife, 13 de 05 de 2000.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator